

ELEIÇÕES / Depois de Doria nomear duas economistas e uma advogada para elaborar plano econômico, Tebet anuncia Elena Landau como coordenadora da área

Protagonismo feminino na campanha eleitoral

» ROSANA HESSEL

As mulheres estão ganhando espaço de destaque na economia na corrida presidencial de 2022. Depois de o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), ter nomeado duas economistas e uma advogada — Ana Carla Abrão, Zeina Latif e Vanessa Canado — para cuidarem da elaboração do programa econômico da campanha, ontem foi a vez de a pré-candidata do MDB, a senadora Simone Tebet (MS), anunciar a economista e advogada Elena Landau para coordenar a área econômica da campanha da parlamentar.

A ex-diretora do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e coordenadora do programa de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) contou que aceitou o convite por considerar ter “ideias convergentes” com Tebet. Ela adiantou que o programa “terá foco no social e no meio ambiente”, além da preocupação com o equilíbrio das contas públicas. “A senadora gosta muito dessa questão do liberalismo com olhar social. Essa é uma coisa que concordamos”, destacou a economista.

De acordo com Landau, a partir de agora, o papel dela será complementar, dando sugestões ao programa, mas sem tirar o protagonismo de Tebet nas propostas econômicas. Ela enfatizou que a senadora tem boas ideias na área, não sendo necessário, portanto, “um fiador” para tranquilizar o mercado. “Uma coisa importante é que não vai ter a questão de terceirizar a economia. E é por isso que eu me sinto confortável em aceitar esse convite. Há uma convergência do que nós duas pensamos para um país do futuro”, acrescentou.

Enquanto isso, Abrão, Latif e Canado realizam reuniões entre elas e o secretário de Fazenda e do Planejamento de São Paulo, Henrique Meirelles, todas as quartas-feiras, e, às sextas, com Doria e Meirelles, para a elaboração do programa econômico do tucano. A expectativa é de que o documento fique pronto em abril. Segundo elas, a prioridade será a questão social, principalmente a educação e o combate à desigualdade, com um capítulo especial sobre meio ambiente.

Zeina Latif, ex-economista-chefe da XP Investimentos e consultora, contou que as propostas serão transversais e complementares e que cada uma do grupo contribui na sua especialidade. “Temos umas linhas mestras para fazer o desenho de políticas públicas sem tratar como um dogma. Vamos buscar a política pública bem-feita, com melhor evidência e diagnóstico. Esse é o ponto essencial, e tem ciência nesse negócio, não ideologia”, frisou. Para ela, o fato de haver mais mulheres economistas no mercado tem ajudado nessa guinada das campanhas

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Elena Landau coordenou o programa de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Zeina Latif, Ana Carla Abrão e Vanessa Canado elaboram o programa econômico do candidato tucano



Os candidatos que foram nessa direção e abrem mais espaço para valorizar as mulheres mostram que são mais modernos

Ana Carla Abrão, economista

eleitorais na comparação com pleitos anteriores.

Ana Carla Abrão, por sua vez, avaliou que a maior presença feminina nos programas econômicos dos candidatos é positiva e marca “uma mudança de padrão”. “Os candidatos que foram nessa direção e abrem mais espaço para valorizar as mulheres mostram que são mais modernos. Houve uma conquista e ganho de reconhecimento de que esse espaço precisa ser mais diverso, mais moderno e ter uma representatividade equilibrada”, ressaltou.

Abrão contou que o governador paulista “fez questão de ir atrás de mulheres para compor a equipe de campanha”. Ela adiantou que entre os pilares do programa estarão, por exemplo, a educação básica, a requalificação profissional e a produtividade, com a melhora do ambiente de negócios. A especialista em contas públicas e ex-secretária de Fazenda do estado de Goiás reconheceu que será preciso desfazer os desarranjos recentes na área fiscal, principalmente após a aprovação da PEC dos Precatórios, e aperfeiçoar as regras atuais.

Federação

Os presidentes do PSDB, Bruno Araújo, e do MDB, Baleia Rossi, negociam a formação de uma federação partidária, contudo, ainda não abordam quem dos dois pré-candidatos abriria mão da corrida eleitoral. Para Ana Carla Abrão, do ponto de vista econômico, não seria difícil trabalhar em conjunto com Elena Landau. “Ela é minha amiga. Estou torcendo para que a federação avance, e esses grupos possam convergir lá na frente. Fazer

um programa econômico com Elena Landau vai ser mais fácil do que montar a federação, porque as propostas são convergentes”, destacou.

A cientista política Carolina Botelho — pesquisadora do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj) — elogiou essa valorização feminina nas campanhas deste ano. “Quando uma liderança política e pública coloca uma mulher entre seus quadros mais importantes, como secretária ou ministra de Fazenda, você dá um recado essencial à sociedade, de que esse grupo é valorizado”, frisou. “Além disso, você assegura que aquela é uma pauta importante para seu governo.” No entanto, ela sustentou que, apesar de representarem um avanço importante, essas mudanças “são um pingão no oceano”. “É um passo importante, mas é preciso, também, que esse tipo de questão seja abordada e desenvolvida em várias outras dimensões da sociedade e grupo sociais.” (Colaborou Bernardo Lima, estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Preparem-se, o banco de reservas de Bolsonaro está no aquecimento

Durante o encontro com o presidente do Peru, Pedro Castillo, ontem, em Rondônia, o presidente Jair Bolsonaro anunciou que, no dia 31 de março, aniversário do golpe que destituiu o presidente João Goulart, em 1964, 11 ministros deixarão o governo para disputar as eleições.

“Dia 31 de março, um grande dia, é um pacote: 11 saem, 11 entram. Da minha parte, vocês só vão saber via *Diário Oficial da União*”, disse, fazendo mistério.

Nos bastidores, comenta-se que as pastas da chamada cota pessoal do presidente da República serão ocupadas por técnicos da confiança dos atuais titulares ou militares. As que já estão nas mãos dos políticos do Centrão, por correligionários cujo perfil garanta os acordos originais.

Uma coisa é certa: o governo não será melhor do que era. Por isso, é muito pouco provável que a “reforma ministerial” melhore seus índices de aprovação, ainda mais com a legislação eleitoral proibindo o marketing oficial. O objetivo é outro: garantir os acordos eleitorais nos estados.

São dadas como certas as candidaturas do ministro da Justiça, Anderson Torres, a deputado pelo Distrito Federal; do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, ao governo do Piauí; da ministra das Mulheres, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, a uma vaga no Senado, possivelmente pelo Espírito Santo; do ministro das Comunicações, Fábio Faria, ao governo no Rio Grande do Norte; da ministra-chefe da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, ao Senado, pelo Distrito Federal; do ministro do Turismo, Gilson Machado, ao Senado, por Pernambuco; do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, a senador ou governador da Paraíba; do ministro dos Transportes, Tarcísio de Freitas, ao governo de São Paulo; da ministra da Agricultura, Teresa Cristina, ao Senado ou ao governo do Mato Grosso do Sul. O ministro Rogério Marinho, da Integração, deve concorrer a deputado federal ou ao Senado, no Rio Grande do Norte, e o ministro Ônix Lorenzoni, atual ministro do Trabalho, deve disputar o governo do Rio Grande do Sul. O vice-presidente Hamilton Mourão deve se candidatar ao Senado pelo Rio Grande do Sul.

Bolsonaro, somente agora, começa a desenhar sua campanha nos estados, ou seja, está muito atrasado em relação ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vem se dedicando a isso há meses. É uma equação complicada, porque o bom relacionamento institucional com os governadores não se transforma em apoio eleitoral por gravitação, em razão da conjuntura local. Nesse aspecto, seu maior problema está no Nordeste, onde o Centrão começa a dar sinais de que pode largar a mão do presidente tão logo comece a campanha eleitoral para valer.

Por essa razão, em alguns estados a melhor opção para Bolsonaro será indicar um ministro como seu candidato a governador, armando o palanque eleitoral local.

Pé-frio

Voltando à viagem para Rondônia, de certa forma Bolsonaro jogou uma boia de salvação para o presidente do Peru, Pedro Castillo, que veio ao Brasil com uma agenda bastante extensa (comércio e acesso a mercados, integração física, cooperação fronteiriça, cooperação em defesa e segurança, cooperação técnica e humanitária e combate à pandemia de covid), mas em busca de apoio político. Castillo, de 52 anos, quatro meses apenas depois de tomar posse, pode se tornar o terceiro presidente a não concluir o mandato nos últimos três anos, caso o Congresso peruano aprove seu impeachment.

O encontro com Bolsonaro serve como sinalização para os setores conservadores da política peruana, cuja instabilidade é resultado de sucessivos escândalos, alguns envolvendo a Odebrecht. Entretanto, por causa da derrota de Donald Trump, nos Estados Unidos, e de outros aliados, Bolsonaro está com fama de pé-frio.

Não é mansa, não

Mais uma vez, o presidente fez a aposta errada na pandemia. A taxa de ocupação de leitos de UTIs para tratamento da covid-19 no Brasil, em razão do avanço da variante ômicron do coronavírus, altamente transmissível, segundo pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) atingiu índices alarmante e se interiorizou.

Oito estados e o Distrito Federal estão em situação crítica, principalmente em relação às internações (com taxa de ocupação de 80% ou mais): Amazonas (80%), Piauí (87%), Pernambuco (88%), Mato Grosso do Sul (103%), Mato Grosso (86%), Goiás (91%), Espírito Santo (83%), Rio Grande do Norte (86%) e Distrito Federal (97%).

Também está havendo aumento da taxa de ocupação de UTIs no Amazonas (75% para 80%), Piauí (82% para 87%), Paraíba (28% para 41%), Pernambuco (81% para 88%), Alagoas (53% para 69%), Bahia (67% para 74%), Minas Gerais (28% para 37%), São Paulo (66% para 72%), Paraná (61% para 72%), Santa Catarina (53% para 76%), Mato Grosso do Sul (80% para 103%), Mato Grosso (78% para 86%) e Goiás (82% para 91%).

Ciro prefere encarar Bolsonaro no 2º turno

» BERNARDO LIMA*

O pré-candidato à Presidência pelo PDT, Ciro Gomes, afirmou, ontem, que, se pudesse escolher, enfrentaria o presidente Jair Bolsonaro (PL) num eventual segundo turno das eleições. “O segundo turno é um jogo de rejeição. A rejeição de Bolsonaro é, disparada, a pior. Então, se eu pudesse escolher, era melhor ir com ele”, frisou, em entrevista à Rádio Capital FM.

Ciro Gomes disse que essa é a pretensão de todos os pré-candidatos, inclusive o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), líder das pesquisas de

intenção de voto. “Qualquer um de nós gostaria, e isso é o que Lula está fazendo, de enfrentar Bolsonaro”, acrescentou.

De acordo com o pedetista, “Lula tem 25% a 30% de fanáticos”, “Bolsonaro tem 15% a 20% de fanático. E nós precisamos, com respeito a todos eles, construir um caminho para quem não é fanático, entre nessa eleição pensando no Brasil, nos nossos problemas e em como resolvê-los”, enfatizou.

Pesquisa DataFolha, divulgada em dezembro, apontou que Bolsonaro tem 53% de rejeição, o patamar mais alto desde o início do mandato.

O cientista político Ismael

Almeida discordou do pedetista. “Não acho que isso seja uma vantagem para Ciro. Em 2018, Bolsonaro já tinha a maior rejeição no segundo turno, 43%, contra cerca de 30% do (Fernando) Haddad (PT), e venceu a eleição do mesmo jeito.”

Ciro Gomes aproveitou para atacar o ex-ministro Sergio Moro, pré-candidato do Podemos. “Moro não é o do ramo. Deixa eu dizer isso com todo o respeito, porque é um adversário, mas a gente não pode correr mais risco de estagiário na Presidência da República”, disparou.

*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa

» Pesquisa

Na pesquisa Ipspe, divulgada na semana passada, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aparece na liderança do cenário estimulado para o primeiro turno, com 44% das intenções de voto, contra 24% do presidente Jair Bolsonaro (PL). Na disputa da terceira via, os ex-ministros Sergio Moro (Podemos) e Ciro Gomes (PDT) empataram com 8%.